

Construtora Ferreira Guedes S/A
C.N.P.J. 61.099.826/0001-44
Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial bem como as respectivas Demonstrações Financeiras, dos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015. Ressalta-se ainda que a **Construtora Ferreira Guedes S.A.**, com a constante preocupação de atender com eficácia seus

clientes, firma o seu compromisso com o desempenho empresarial competitivo, a melhoria contínua de seus processos e produtos, a **prevenção da poluição, a segurança e a saúde das pessoas**. Desta forma, conta com os certificados dos seguintes sistemas de gestão: ISO 9001 - Sistemas de Gestão da Qualidade, ISO 14001 - Sistemas da Gestão Ambiental, OHSAS

18001- Sistemas de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho e PBQP-H- Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - Nível "A". A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
São Paulo, 03 de março de 2017.

A Diretoria

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota explicativa		Nota explicativa		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015				
Circulante					Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.129.804	1.279.892		Empréstimos e financiamentos	9	11.801.447	14.231.222
Títulos e valores mobiliários		952.819	838.631		Fornecedores		14.025.406	14.001.587
Contas a receber de clientes	5	150.956.581	140.048.936		Obrigações trabalhistas e tributárias	10	11.186.671	9.763.262
Impostos a recuperar		1.214.641	4.210.218		Tributos diferidos	11.2	3.011.629	6.022.526
Créditos diversos		2.788.241	-		Outras contas a pagar		-	3.957.453
		<u>170.042.086</u>	<u>146.377.677</u>		Provisões		1.915.850	102.157
							<u>41.941.003</u>	<u>48.078.207</u>
Não circulante					Não circulante			
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos	9	9.719.475	19.904.438
Contas a receber de clientes	5	161.263.060	198.763.060		Débitos com partes relacionadas	6.1	11.979.185	13.043.750
Créditos com partes relacionadas	6.1	1.011.724	1.924.774		Provisão para demandas judiciais	12	1.305.421	1.305.421
Depósitos judiciais		774.789	693.776		Tributos diferidos	11.2	69.598.912	71.945.353
Tributos diferidos		24.435.007	24.435.007				<u>92.602.993</u>	<u>106.198.962</u>
		<u>187.484.580</u>	<u>225.816.617</u>		Patrimônio líquido			
Investimentos		869	869		Capital social	13	239.008.581	239.008.581
Imobilizado líquido	7	11.185.079	14.577.272		Reserva legal	13	-	94.875
Intangível	8	562.679	646.900		Prejuízos acumulados		(4.277.284)	(5.961.291)
		<u>199.233.207</u>	<u>241.041.658</u>				<u>234.731.297</u>	<u>233.142.165</u>
Total do ativo		<u>369.275.293</u>	<u>387.419.335</u>		Total do passivo e patrimônio líquido		<u>369.275.293</u>	<u>387.419.335</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Reserva legal		Prejuízos acumulados		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldos em 31 de dezembro de 2014								
Absorção de prejuízos pela reserva legal								
Lucro líquido do exercício								
Constituição da reserva legal								
Saldos em 31 de dezembro de 2015								
Absorção de prejuízos pela reserva legal								
Lucro líquido do exercício								
Saldos em 31 de dezembro de 2016								

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A **Construtora Ferreira Guedes S/A** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Avenida Angélica, nº 2.163, São Paulo - SP - Brasil. Tem como objeto social a exploração dos ramos de construção civil de obras públicas e privadas, com foco em projetos de infraestrutura, rodovia e ferrovia. **2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis:** **2.1. Base de elaboração:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos administradores da Companhia em 1º de março de 2017. As demonstrações contábeis da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis

da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, o Real, que é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis. **Operações em conjunto:** As operações em conjunto são realizadas através de consórcios, os quais não possuem personalidade jurídica, sendo os ativos, passivos, receitas e despesas somados linha a linha às cifras das demonstrações contábeis da Companhia na proporção de sua participação nos direitos e obrigações relacionados com cada um dos contratos que regem essas operações. O total do acervo patrimonial e do resultado dos consórcios nos quais a Companhia participa e classifica como operações em conjunto, pode ser assim resumido:

	31/12/2016			% de participação	Na Companhia	31/12/2015		
	Ativo	Passivo	patrimonial			Acervo	Na Companhia	
Consórcio Construcap-Modern-Ferreira Guedes	5.646	387.494	(381.848)	35,00%	(133.647)	(364.956)	(127.734)	
Consórcio Construcap-Ferreira Guedes-Toniolo/Ambiental	31.541	166.356	(134.815)	33,12%	(44.651)	(52.572)	(17.412)	
Consórcio Ferreira Guedes - ARG	88.836	88.836	-	99,00%	-	(501.820)	(496.802)	
Consórcio Galvão-Ferreira Guedes (Linha A)	-	3	(3)	50,00%	(2)	-	-	
Consórcio Galvão-Ferreira Guedes (Linha 7 Rubi)	-	-	-	50,00%	-	1.154	577	
Consórcio Galvão-Ferreira Guedes (Linha 10 Turquesa)	1.925	409.502	(407.577)	50,00%	(203.789)	(1.439.660)	(719.830)	
Consórcio Ferreira Guedes-Galvão (Linha 8)	179.093	122.762	56.331	50,00%	28.166	76.344	38.172	
Consórcio Construcap-Ferreira Guedes (BR 448)	75.097	1.035.711	(960.614)	30,00%	(288.184)	(1.533.070)	(459.921)	
Consórcio Construcap-Ferreira Guedes-Toniolo (MI)	18.792.847	4.970.503	13.822.344	34,70%	4.796.353	22.992.107	7.665.961	
Consórcio Construcap-Ferreira Guedes-Mac (Lote 29)	343.817	551.124	(207.307)	35,00%	(72.557)	(242.048)	(84.717)	
Consórcio Construcap-Ferreira Guedes (Várzea do Tietê)	758	250.619	(249.861)	30,00%	(74.958)	(250.845)	(75.254)	
Consórcio Camargo Corrêa/Ferreira Guedes/OAS	4.927.788	(5.157.283)	10.085.071	35,00%	3.529.775	5.410.191	1.893.567	
Consórcio CEVAP - SAAE	126.557	356.288	(229.731)	45,00%	(103.379)	768.587	345.864	
Consórcio Ferreira Guedes/Araguaia (EMTU GU)	91.826	(19.372)	111.198	99,50%	110.642	(74.908)	(74.534)	
Consórcio Queiroz Galvão/Ferreira Guedes (Arena Dunas)	403.814	(5.611)	409.425	40,00%	163.770	(675.473)	(270.189)	
Consórcio Ferreira Guedes/ADTranz/Trans/BrasControl (VLT)	22.131.154	4.456.746	17.674.408	49,00%	8.660.460	(874.540)	(428.525)	
Consórcio EIT/Ferreira Guedes (INEA Rio de Janeiro)	27.936.537	5.661.548	22.274.989	40,00%	8.909.995	9.511.322	3.804.529	
Consórcio Ferreira Guedes-Toniolo (CAC)	51.210.698	(31.758.143)	82.968.841	50,00%	41.484.421	23.557.121	11.778.561	
Consórcio Ferreira Guedes-FW (INEA Rio de Janeiro)	158.538	500	158.038	70,00%	110.627	150.228	105.159	
Consórcio Cetenco-Acciona-Ferreira Guedes (Metrô-Lote 6)	604.032	250	603.782	20,00%	120.756	734.766	146.953	
Consórcio Cetenco-Acciona-Ferreira Guedes (Metrô-Lote 8)	113	-	113	20,00%	23	385	77	
Consórcio Ferreira Guedes-Toniolo, Busnello-ETC-Prodec	5.725.722	208.952	5.516.770	45,00%	2.482.546	-	-	
Consórcio Paulitec-Ferreira Guedes	437.615	201.787	235.828	50,00%	117.914	-	-	
Total	<u>133.273.953</u>	<u>(18.071.430)</u>	<u>151.345.383</u>		<u>69.594.281</u>	<u>56.292.313</u>	<u>23.024.503</u>	

	31/12/2016			% de participação	Na Companhia	31/12/2015		
	Receita líquida	Custo	Resultado			Resultado	Na Companhia	
Consórcio Construcap-Ferreira Guedes-Toniolo/Ambiental	-	-	-	33,12%	-	(261.844)	(86.723)	
Consórcio Galvão-Ferreira Guedes (Linha 10 Turquesa)	-	(44.344)	(44.344)	50,00%	(22.172)	(1.441.986)	(720.993)	
Consórcio Ferreira Guedes-Galvão (Linha 8)	-	(68.002)	(68.002)	50,00%	(34.001)	(205.837)	(102.919)	
Consórcio Construcap-Ferreira Guedes (BR448)	-	(275.885)	(275.885)	30,00%	(82.765)	(1.082.711)	(324.813)	
Consórcio Construcap-Ferreira Guedes-Toniolo (MI)	-	(5.298.961)	(5.298.961)	34,70%	(1.838.739)	(15.738.928)	(5.461.408)	
Consórcio Construcap-Ferreira Guedes-Mac (Lote 29)	-	(125.950)	(125.950)	35,00%	(44.083)	817.489	286.121	
Consórcio Camargo Corrêa/Ferreira Guedes/OAS	-	(936)	(936)	35,00%	(328)	-	-	
Consórcio CEVAP - SAAE	-	(180.423)	(180.423)	45,00%	(81.190)	1.738.962	782.533	
Consórcio Ferreira Guedes/Araguaia (EMTU GU)	-	(124.821)	(124.821)	99,50%	(124.197)	-	-	
Consórcio Queiroz Galvão/Ferreira Guedes (Arena Dunas)	-	(21.619)	(21.619)	40,00%	(8.647)	(2.317.808)	(927.123)	
Consórcio Ferreira Guedes/ADTranz/Trans/BrasControl (VLT)	45.864.835	(16.435.181)	29.429.654	49,00%	14.420.530	(38.106.052)	(18.671.965)	
Consórcio EIT/Ferreira Guedes (INEA Rio de Janeiro)	20.983.859	(10.991.902)	9.991.957	40,00%	3.996.783	48.615.346	19.446.139	
Consórcio Ferreira Guedes-Toniolo (CAC)	93.656.664	(3.199.376)	90.457.288	50,00%	45.228.644	(21.150.271)	(10.575.135)	
Consórcio Cetenco-Acciona-Ferreira Guedes (Metrô-Lote 8)	-	(137.623)	(137.623)	20,00%	(27.525)	(1.365.526)	(273.105)	
Consórcio Ferreira Guedes-Toniolo, Busnello-ETC-Prodec	5.582.330	(1.415.062)	4.167.268	45,00%	1.875.271	-	-	
Consórcio Paulitec-Ferreira Guedes	672.388	(1.367.403)	(695.015)	50,00%	(347.508)	-	-	
Total	<u>166.760.076</u>	<u>(39.687.487)</u>	<u>127.072.589</u>		<u>62.910.073</u>	<u>(30.499.165)</u>	<u>(16.629.392)</u>	

3. Sumário das principais práticas contábeis: **3.1. Uso de estimativas e julgamentos:** São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, entre outros: a) seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos e a provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **3.2. Políticas contábeis:** a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimento inferior a 90 dias da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". b) **Títulos e valores mobiliários:** São atualizados pelos juros transcorridos até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria "mantidos até o vencimento". c) **Valores a receber:** É composto pelos saldos a receber de clientes por prestação de serviços, inclusive aqueles em cobrança judicial, líquidos da provisão de perdas constituída com base na

análise dos riscos na realização de créditos a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. d) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição e formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7. A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; (iv) as taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos, o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos não trouxe impactos significativos para a Companhia. e) **Intangível:** São apresentados pelos montantes pagos na aquisição de programas de computador, mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. f) **Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. As provisões

são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. g) **Impostos:** • **Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas vigentes sobre o lucro líquido, para fins de determinação de exigibilidade; • **Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos:** As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. h) **Instrumentos financeiros:** • **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos. • **Mensuração subsequente:** A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras; • **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos; • **Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:** Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos; • **Empréstimos (concedidos) e recebíveis:** Ativos financeiros não derivativos com

continua →

—☆continuação

pagamentos fixos ou determináveis, porém, não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras; • **Valor justo:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. i) **Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. O mesmo é aplicado aos itens de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Os saldos dos empréstimos, financiamentos, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações contábeis. Na avaliação da administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações contábeis. j) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. k) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas brutas dos serviços prestados foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento ou reforçamento. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente. l) **Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos exercícios. m) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3.3. Normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajadas pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. • IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção. • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um

7. Ativo imobilizado:

Custo corrigido	Taxa anual depreciação	31/12/2015	Adições	(-) Baixas	31/12/2016
Imóveis		231.186	-	-	231.186
Máquinas e equipamentos	10% a 25%	23.728.110	368.196	-	24.096.306
Veículos e tratores	20% a 25%	14.747.830	218.600	-	14.966.430
Móveis e utensílios	10%	1.026.795	42.848	-	1.069.643
Equipamentos de informática	10%	1.538.635	19.081	(56.150)	1.501.567
		<u>41.272.556</u>	<u>648.726</u>	<u>(56.150)</u>	<u>41.865.132</u>
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	10% a 25%	(13.670.708)	(2.359.239)	-	(16.029.947)
Veículos e tratores	20% a 25%	(11.838.655)	(1.270.422)	-	(13.109.077)
Móveis e utensílios	10%	(305.986)	(101.490)	-	(407.476)
Equipamentos de informática	10%	(879.935)	(253.618)	-	(1.133.553)
		<u>(26.695.284)</u>	<u>(3.984.769)</u>	-	<u>(30.680.053)</u>
		<u>14.577.272</u>	<u>(3.336.043)</u>	<u>(56.150)</u>	<u>11.185.079</u>

Imobilizado líquido

8. Intangível:	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Custo corrigido			
Software	964.433	103.661	1.068.094
Acervo técnico	250.000	-	250.000
	<u>1.214.433</u>	<u>103.661</u>	<u>1.318.094</u>

Amortização

Software	(567.533)	(187.882)	(755.415)
	<u>(567.533)</u>	<u>(187.882)</u>	<u>(755.415)</u>
	646.900	(84.221)	562.679

Intangível líquido**9. Empréstimos e financiamentos:**

Banco	Encargos	Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Bradesco	2,5% a.a.	FINAME	1.284.454	1.501.421
Bradesco	3,0% a.a.	FINAME	166.007	192.569
Bradesco	4,5% a.a.	FINAME	2.387.850	3.184.230
Bradesco	7,0% a.a.	FINAME	371.594	747.724
Bradesco	TJLP + 13% a.a.	FINAME	683.598	968.514
Bradesco	TJLP + 12% a.a.	FINAME	273.813	-
Santander	6,0% a.a.	FINAME	7.326.747	8.345.282
Itaú Unibanco (a)	CDI + 0,25 a.m.	Capital de giro	9.026.859	7.700.000
Bradesco	CDI + 0,43 a.m.	Capital de giro	-	3.495.922
Banco ABC Brasil	CDI + 0,44 a.m.	Capital de giro	-	8.000.000
Total			<u>21.520.922</u>	<u>34.135.660</u>
Circulante			11.801.447	14.231.222
Não circulante			<u>9.719.475</u>	<u>19.904.438</u>
Total			<u>21.520.922</u>	<u>34.135.660</u>

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por aval dos acionistas, aplicações financeiras de partes relacionadas, notas promissórias e alienação fiduciária dos bens adquiridos. (a) Em 03 de fevereiro de 2017, a Companhia liquidou o saldo de empréstimos com o Banco Itaú, Nota Explicativa nº19. Os montantes do não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2016:

2018	2.307.438
2019	2.298.326
2020	1.260.838
A partir de 2021	3.852.873
Total	<u>9.719.475</u>

10. Obrigações trabalhistas e tributárias:

Obrigações trabalhistas	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para férias e encargos	5.077.181	4.719.801
Ordenados a pagar	1.725.069	1.767.685
Outros	357.337	1.248.372
Subtotal	<u>7.159.587</u>	<u>7.735.858</u>
Obrigações tributárias		
PIS a recolher	107.904	104.883
COFINS a recolher	498.165	484.451
ISS a recolher	124.213	180.353
Outros	3.296.803	1.257.717
Subtotal	<u>4.027.085</u>	<u>2.027.404</u>
Total obrigações trabalhistas e tributárias	<u>11.186.671</u>	<u>9.763.262</u>

novos modelos de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **4. Composição do caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	54.826	38.285
Aplicações de liquidez imediata	14.074.978	1.241.607
Total	<u>14.129.804</u>	<u>1.279.892</u>

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações CDB-DI, de curto prazo e renderão juros de 100% do CDI (31 de dezembro de 2015, 100% do CDI). Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Contas a receber:

	31/12/2016	31/12/2015
Prestação de serviço de construção		
Governos	314.784.639	341.376.994
Privado	488.626	488.626
(-) Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa (a)	(3.053.624)	(3.053.624)
Total	<u>312.219.641</u>	<u>338.811.996</u>
Circulante	150.956.581	140.048.936
Não circulante	<u>161.263.060</u>	<u>198.763.060</u>
Total	<u>312.219.641</u>	<u>338.811.996</u>

(a) A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito. A parcela classificada no ativo não circulante refere-se a créditos vencidos de contratos de serviços prestados a órgãos públicos com grandes perspectivas de realização, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Prefeitura Municipal de Salvador - BA	130.820.863	130.820.863
Prefeitura Municipal de Maceió - AL	7.329.434	7.329.434
Secretaria de Recursos Hídricos - CE	-	40.000.000
Outros	17.500.000	15.000.000
Processos judiciais	5.612.763	5.612.763
Total	<u>161.263.060</u>	<u>198.763.060</u>

6. Transações com partes relacionadas: As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, sejam administradores e empregados, acionistas ou coligadas, são efetuadas sob condição pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. **6.1. Mútuos ativos e passivos:** A seguir, estão demonstradas as operações de mútuo entre as partes relacionadas da Companhia:

Ativo	31/12/2016	31/12/2015
Ferreira Guedes Venezuela (a)	1.011.724	1.924.774
Total	<u>1.011.724</u>	<u>1.924.774</u>

Passivo

	31/12/2016	31/12/2015
Agrocap Participações Ltda. (b)	-	2.219.750
Partes relacionadas - pessoa física (b)	11.979.185	10.824.000
Total	<u>11.979.185</u>	<u>13.043.750</u>

(a) O valor corresponde ao recebimento de prestação de serviços realizado pela Companhia na Venezuela, o qual foi objeto de recebimento pela Ferreira Guedes Venezuela no exterior, desta forma, o saldo é atualizado em percentual equivalente ao da aplicação financeira do numerário disponível no exterior. O efeito registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi negativo de R\$ 913.050 (positivo de R\$ 640.939, em 2015) referentes a rendimentos financeiros e variação cambial; (b) Os valores correspondem a contas a pagar com partes relacionadas. Para os referidos montantes não há incidência de encargos. **6.2. Remuneração da administração:** A remuneração da Administração, que contempla a diretoria da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi fixado em R\$ 3.000.000 conforme determinado pela Assembleia Geral Ordinária ("AGO") de 15 de abril de 2016. No exercício de 2016, foi registrado a título de remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, o montante de R\$ 2.745.276 (R\$ 3.902.393, em 2015).

11. Imposto de renda e contribuição social:

11.1. Imposto de renda e contribuição social correntes:	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes das provisões tributárias	1.158.542	2.934.251
Diferenças temporárias - provisões/(reversão) e outros	43.772	(79.588)
Diferenças permanentes - despesas não dedutíveis	237.205	115.000
Diferenças temporárias - exclusões (a)	(46.858.831)	18.770.553
Efeitos dos ajustes da Lei 11.638 (b)	53.760.127	(69.910.146)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	<u>8.340.815</u>	<u>(48.169.929)</u>
Imposto de renda - 15%	(1.251.122)	-
Imposto de renda - 10% (adicional)	(810.081)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	(750.673)	-
Incentivos fiscais	34.846	-
	<u>(2.777.031)</u>	-

Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido - Prejuízo Fiscal

Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido - diferidos	2.346.441	17.414.521
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(430.590)	1.036.745
(a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram constituídos sobre o resultado contábil, com base na Instrução Normativa SRF nº 21 de 13 de março de 1979 que disciplina o procedimento para apuração dos resultados de contratos de construção por empreitada ou fornecimento de bens e serviços a serem produzidos; (b) O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados com base nas receitas de contratos ainda não faturados, ajustados de acordo com os critérios do Pronunciamento Contábil CPC 17 (R1) - Contratos de construção. 11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias no reconhecimento de provisões de despesas entre os livros fiscais e societários.	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>

Passivo circulante

	31/12/2016	31/12/2015
PIS, COFINS e CPRB - Diferença entre o regime de tributação (regime de caixa) e reconhecimento das receitas (regime de competência)	1.049.384	974.317
Com base no resultado dos ajustes efetuados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17	<u>1.962.245</u>	<u>5.048.209</u>
Total	<u>3.011.629</u>	<u>6.022.526</u>
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL - exclusões temporárias	51.677.259	26.637.336
IRPJ e CSLL - valores calculados		
receitas (regime de competência) com base no resultado dos ajustes efetuados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 (R1)	<u>17.921.653</u>	<u>45.308.017</u>
Total	<u>69.598.912</u>	<u>71.945.353</u>

em R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisões: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A Administração, baseada em interpretação dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas atuações, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir: **Risco de perda provável:**

	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	448.396	448.396
Processos trabalhistas	857.025	857.025
Total	<u>1.305.421</u>	<u>1.305.421</u>

Risco de perda possível: A Companhia é parte em processos cíveis, tributários e trabalhistas, os quais na opinião da Administração e de seus assessores legais possuem expectativa de perda possível no montante de R\$ 1.728.575 (R\$ 5.600.038, em 2015). Por essa razão, nenhuma provisão foi constituída. **13. Patrimônio líquido:** O capital social em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, totalmente subscrito e integralizado é representado por 22.830.922 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Reserva legal:** A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia absorveu R\$ 94.875 do saldo de reserva legal de períodos anteriores para compensação de prejuízos acumulados, conforme parágrafo único do artigo 189 da Lei 6.404/76.

14. Receita líquida:	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta:		
Prestação de serviços de engenharia	257.458.728	268.422.052
Total	<u>257.458.728</u>	<u>268.422.052</u>
Impostos incidentes sobre a receita	(17.983.087)	(17.941.659)
Receita líquida	<u>239.475.641</u>	<u>250.480.393</u>

15. Demonstração do resultado por natureza:	31/12/2016	31/12/2015
Gastos com pessoal	(84.037.925)	(82.160.269)
Serviços de terceiros	(41.027.739)	(40.440.354)
Gastos gerais	(20.978.822)	(30.442.194)
Utilidades e serviços	(30.298.306)	(22.687.497)
Materiais de consumo e aplicação	(66.754.868)	(62.421.795)
Depreciação e amortização	(5.134.294)	(5.346.003)
Outros	(3.738.857)	(2.182.458)
Total	<u>(251.970.811)</u>	<u>(245.680.570)</u>
Custo dos serviços prestados	(215.501.417)	(214.894.566)
Despesas gerais e administrativas	(34.867.290)	(30.653.107)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(1.602.104)</u>	<u>(132.897)</u>
Total	<u>(251.970.811)</u>	<u>(245.680.570)</u>

Compõem as despesas gerais e administrativas, os gastos de ociosidade relacionados à Central de Equipamentos. Esses valores incluem depreciações de equipamentos não alocados em obras, gastos com pessoal, além de gastos com materiais e serviços de manutenção dos equipamentos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os montantes relacionados à central de equipamentos foram de R\$ 5.458.741 (R\$ 2.554.085 em 2015).

16. Resultado financeiro:	31/12/2016	31/12/2015
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	366.508	4.048.770
Acordos judiciais	19.041.304	-
Descontos obtidos	19.882	54.109
Variações cambiais	-	1.253.949
Outras receitas financeiras	170.914	-
Subtotal	<u>19.598.609</u>	<u>5.356.828</u>
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos	(4.425.214)	(6.606.048)
Variações cambiais	(913.050)	-
Outras despesas financeiras	(606.633)	(616.352)
Subtotal	<u>(5.944.897)</u>	

→ continuação

Aos Acionistas e Administradores da **Construtora Ferreira Guedes S.A.** São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Construtora Ferreira Guedes S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Construtora Ferreira Guedes S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 5, em que a Companhia possui créditos a receber por serviços prestados a órgãos públicos em 31 de dezembro de 2016. Apesar de não ser possível evidenciar a completa realização e prazo, a administração da Companhia permanece confiante em receber os referidos créditos em sua totalidade. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2017



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

José Santiago da Luz

Contador - CRC 1 SP 115785/O-9

Vivieni de Paula Rosa Alves Bauer

Contadora - CRC 1 SP 253472/O-2



Smiles S.A.

("Companhia")

CNPJ nº 15.912.764/0001-20 - NIRE 35.300.439.490

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15 de Fevereiro de 2017

Data, Hora e Local: aos 15/02/2017, às 14:00, realizada na sede social da Smiles S.A. ("Companhia"), na Alameda Rio Negro, 585, 2º andar, bloco B, Alphaville, município de Barueri, SP. **Convocação e Presenças:** dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Os Srs. Constantino de Oliveira Junior, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino participaram via conferência telefônica, nos termos do Artigo 14, §§1º e 6º, do Estatuto Social da Companhia. **Mesa:** assumiu a Presidência da mesa, o Sr. **Constantino de Oliveira Junior**, que convidou a mim, **Murilo Cintra Grassi**, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: **(a)** a análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, o Relatório da Administração e o parecer dos Auditores Independentes (Ernst & Young), referentes ao exercício social de 2016 ("Demonstrações Financeiras"), a serem submetidas à análise da próxima AGO da Companhia; **(b)** análise da proposta da administração sobre a destinação do resultado e a distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2016; **(c)** a reeleição da Diretoria da Companhia; **(d)** a reeleição dos membros do Comitê de Auditoria e Finanças e do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa; **(e)** o pagamento da participação nos resultados do exercício de 2016 aos empregados e administradores da Companhia; **(f)** a aprovação do plano de participação nos lucros e resultados da Companhia aos administradores e empregados, referentes ao exercício de 2017; **(g)** o aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, em virtude do exercício das opções de compra de ações por beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia; **(h)** a fixação da remuneração global anual dos membros da administração da Companhia para o exercício de 2017; **(i)** a Proposta da Administração relativa à ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia; e **(j)** a convocação da AGO e Extraordinária da Companhia. **Deliberações tomadas por unanimidade:** prestados os esclarecimentos necessários, após análise das Demonstrações Financeiras e demais documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia da presente reunião, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem quaisquer restrições, deliberaram o que segue: **(a) Aprovação Demonstrações Financeiras:** aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social de 2016, que serão submetidos à apreciação da próxima AGO da Companhia, recomendando-se aos acionistas a respectiva aprovação. As referidas Demonstrações Financeiras, devidamente aprovadas e rubricadas pela Mesa, foram arquivadas na sede social e serão divulgadas no prazo legal. **(b) Resultados e Distribuição de Dividendos:** Aprovar, ad referendum da AGO e Extraordinária da Companhia, a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2016, no valor total de **R\$548.273.433,32**, da seguinte forma: **(i) R\$7.131.620,89** correspondente a **1,3%** do lucro líquido, para constituição da reserva legal, em razão do atingimento do limite da reserva legal; **(ii) R\$135.285.453,11** correspondentes a **25%** do lucro líquido ajustado, após constituição de reserva legal na forma do artigo 202 da Lei das S.A. Os juros sobre capital próprio aprovados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 05/09/2016 e 26/12/2016, já pagos aos acionistas, no valor bruto de R\$22.580.849,98 e no valor líquido de imposto de renda de R\$19.232.433,12, foram imputados líquidos de imposto de renda ao dividendo mínimo obrigatório, restando pendente a distribuição aos acionistas de R\$116.053.019,99 a título de dividendo mínimo obrigatório; **(iii)** Distribuir o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no montante de **R\$402.507.942,46** aos acionistas a título de dividendos complementares. **(c) Reeleição da Diretoria:** reeleger para o mandato unificado de 1 ano, nos termos do artigo 18 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, encerrando-se na data da reunião do conselho de administração que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2017: **(i)** o Sr. **Leonel Dias de Andrade Neto**, brasileiro, casado, historiador, portador do RG nº 02.735.214-54, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 291.647.615-68, domiciliado na SP/SP, com endereço comercial no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 585, 2º andar, bloco B, Alphaville, para o cargo de **Diretor Presidente**; **(ii)** o Sr. **Marco Antonio Pinheiro Filho**, brasileiro, casado; Administrador de Empresas, portador do RG nº 32.547.278-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 311.814.188-36, domiciliado em SP/SP, com endereço comercial no Município de Barueri, SP, na Alameda Rio Negro, 585, 2º andar, bloco B, Alphaville, para o cargo de **Diretor Financeiro** cumulando o exercício deste cargo com o de **Diretor de Relações com Investidores**; **(iii)** Sr. **Carlos Eduardo Carvalho Mauad**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 547.367-1 emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 053.954.396-92, residente e domiciliado em SP/SP, com endereço comercial no Município de Barueri, SP, na Alameda Rio Negro, 585, 2º andar, bloco B, Alphaville, para o cargo de **Diretor sem designação específica**; e **(iv)** o Sr. **Marcelo Epstajn**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do RG nº 12.511.463, inscrito no CPF/MF sob nº 093.129.538-69, residente e domiciliado em SP/SP, com endereço comercial no Município de Barueri, SP, na Alameda Rio Negro, 585, 2º andar, bloco B, Alphaville, para o cargo de **Diretor sem designação específica**. **(c.1)** Os Srs. Leonel Dias de Andrade Neto, Marcos Antonio Pinheiro Filho, Carlos Eduardo Carvalho Mauad e Marcelo Epstajn, acima qualificados, presentes à reunião, aceitam sua reeleição para os cargos de Diretores. Os Diretores eleitos foram investidos em seus respectivos cargos no mesmo ato, mediante assinatura de termo de posse, os quais ficam arquivados na sede da Companhia.

(d) Reeleição membros dos Comitês: reeleger os seguintes membros dos Comitês em funcionamento da Companhia, para o mandato de 1 ano, encerrando-se na data da reunião do conselho de administração que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2017: **Comitê de Auditoria e Finanças:** **(i) Constantino de Oliveira Junior**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 929.100, emitida pela SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 417.942.901-25, residente e domiciliado em SP/SP, onde mantém escritório na Praça Comandante Linneu Gomes, S/N, Portaria 3, Jardim Aeroporto, como membro representante do Conselho de Administração da Companhia; **(ii) Marcos Grodetzky**, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG nº 3.474.360, emitida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 425.552.057-72, residente e domiciliado na em SP/SP à Rua Alemanha, 732, como membro independente; e **(iii) Natan Szuster**, brasileiro, casado, graduado em ciências contábeis, com endereço na Rua Humberto de Campos, nº 410, complemento 1404, Leblon, RJ/RJ, portador do documento de identidade nº 2.964.224, expedido por Instituto Félix Pacheco - Rio de Janeiro e inscrito no CPF/MF sob o nº 388.585.417-15, como especialista em finanças e em contabilidade. **Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa:** **(i) Constantino de Oliveira Júnior**, acima qualificado, como membro representante do Conselho de Administração da Companhia; **(ii) Ricardo Constantino**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 671071 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob nº 546.988.806-10, residente e domiciliado em SP/SP, com escritório na Rua Funchal, nº 551, 10º andar, Vila Olímpia, como membro representante do Conselho de Administração da Companhia; e **(iii) Fábio Bruggioni**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 20.713.706-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 266.193.038-89, residente e domiciliado em SP/SP, com endereço comercial na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 1656 - Apartamento 51, Bairro Jardim Paulista, como membro representante do Conselho de Administração da Companhia. O cargo de especialista externo do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa permanecerá temporariamente vago. **(e) Participação nos Lucros e Resultados:** aprovar o pagamento aos administradores e empregados da Companhia do montante de participação nos lucros e resultados referentes ao exercício social de 2016, conforme documento que foi por todos rubricado e arquivado na sede da Companhia, nos termos do Plano de Participação nos Lucros e Resultados dos administradores e empregados da Companhia e dentro dos critérios de Business Score Card aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como recomendado pelo **Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa** da Companhia. **(f) Plano de Participação nos Lucros e Resultados:** aprovar o Plano de Participação nos Lucros e Resultados dos administradores e empregados da Companhia para o exercício de 2017, nos termos do documento rubricado por todos os presentes e arquivado na sede da Companhia, conforme recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa. **(g) Aumento de capital:** aprovar, em observância ao disposto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência do exercício de opções de compra de ações dentro do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, no montante total de **R\$ 3.454.962,59**, em razão da subscrição de 210.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas com os direitos e prerrogativas idênticos às ações ordinárias já emitidas da Companhia, ao preço de emissão de **R\$ 16,45** por ação, integralizado em moeda corrente nacional. Em função do referido aumento, o capital social da Companhia passará de **R\$ 181.822.409,26**, dividido em **123.626.952** ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para **R\$ 185.277.371,85**, dividido em **123.836.952** ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, diante do que o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia vigorará, ad referendum da Assembleia Geral de acionistas da Companhia, com a seguinte nova redação: "Artigo 5º. O capital social é de R\$185.277.371,85, dividido em 123.836.952 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal". **(h) Proposta de Remuneração Anual Global:** aprovar a proposta de remuneração anual global da administração da Companhia para o exercício de 2017 no valor de até R\$ 16.000.000,00, a qual será submetida à aprovação dos acionistas. **(i) Proposta da Administração:** aprovação da Proposta da Administração relativa à ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, cuja cópia foi rubricada pelos presentes e será divulgada dentro do prazo legal. **(j) Convocação da AGO:** convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, nos termos do artigo 123 da Lei nº 6.404/76, a realizar-se em 17/03/2017, às 09 horas, na sede social da Companhia, conforme Edital de Convocação que será devidamente publicado. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida, conferida e aprovada por todos. **Assinaturas:** **Constantino de Oliveira Junior**; Presidente da Mesa: **Murilo Cintra Grassi**; Secretário da Mesa: **Ricardo Constantino**, **Joaquim Constantino Neto**, **Boanerges Ramos Freire**, **Cassio Casseb Lima**, **Fábio Bruggioni** e **Marcos Grodetzky**, Conselheiros. **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** Barueri/SP, 15 de fevereiro de 2017. Murilo Cintra Grassi - Secretário. JUCESP nº 130.616/17-5 em 16/03/2017. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Zuquini Empreendimentos S/A

CNPJ: 09.107.234/0001-07 - NIRE: 35300347153

Balanço Patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em reais)

Relatório da Administração - Senhores acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos com satisfação submeter à consideração de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da empresa Zuquini Empreendimentos S/A. Agradecemos a colaboração recebida e continuamos ao inteiro dispor de V.Sas., em nossa sede social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas. São Paulo, 31 de Dezembro de 2013

Balancos Patrimoniais		A Administração.	
Ativo/Circulante	2013	Passivo/Circulante	2013
Caixa e equivalentes de caixa	562.288,32	Fornecedores	8.971,32
Contas a receber de clientes	99.618,81	Impostos e contribuições a recolher	7.136,27
Contas a receber de consórcios	6.663.826,80	Contas a pagar por aquisição de terrenos	41,20
Imóveis a comercializar	1.210.251,73	Dividendos a pagar	756.670,98
Impostos a recuperar	4.024,19	Partes relacionadas	11.476.053,06
Total do Circulante	8.540.009,85	Total do Circulante	12.248.872,83
Não Circulante		Não Circulante	
Contas a receber de clientes	6.259,35	Impostos e contribuições diferidos	41.212,12
Partes relacionadas	5.251.000,00	Adiantamento para futuro aumento de capital	421.694,89
Total do não Circulante	5.257.259,35	Total do não Circulante	462.907,01
		Patrimônio Líquido	
		Capital social	1.067.981,00
		Prejuízos acumulados	-
		Reserva de lucros	17.508,36
		Total do Patrimônio Líquido	1.085.489,36
Total do ativo	13.797.269,20	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	13.797.269,20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.067.981,00	-	(331.405,04)	736.575,96
Lucro líquido do exercício	-	17.508,36	331.405,04	348.913,40
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.067.981,00	17.508,36	-	1.085.489,36

Diretoria
Rodrigo Moraes Martins - Diretor
Vitor Cuminato Filho - Diretor de Controladoria - CRC 1SP 236785/O-3

Demonstração do Resultado	2013
Receita Líquida	(62.074,55)
Custo dos Imóveis Vendidos e Serviços	91.235,18
Lucro (Prejuízo) Bruto	29.160,63
Recargas (Despesas):	
Administrativas	(1.075,00)
Prejuízo Antes das Recargas e Despesas Financeiras	28.085,63
Recargas financeiras	136.750,65
Despesas financeiras	211.556,68
Resultado Financeiro	348.307,33
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	376.392,96
Imposto de renda e contribuição social corrente	(92.346,83)
Imposto de renda e contribuição social diferido	64.867,27
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	348.913,40

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 - A sociedade tem por objetivo: o loteamento de terrenos, a incorporação imobiliária e venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda e a participação no capital de outras sociedades. 2 - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. 3 - Os Estoques são avaliados ao custo de construção ou aquisição, os quais são inferiores ao valor de mercado. 4 - A carteira de clientes é representada por clientes objeto da venda de imóveis e possui a garantia do próprio imóvel objeto da venda. 5 - O capital social subscrito e integralizado é representado por 1.067.981 ações nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma.